



## Intervenção

### Direitos Camponeses e o Estatuto da Agricultura Familiar

Senhora Ministra da Agricultura, estimados convidados, agricultoras e agricultores familiares que participam neste exaltante 9º Congresso da CNA e todas e todos que não podendo acompanhar-nos hoje, estão com a CNA e participam nas pequenas e nas grandes acções de luta, de protesto e de proposta, contra a injustiça e a discriminação, pelo direito a uma vida digna, fruto do nosso trabalho para alimentar as populações.

As explorações da Agricultura Familiar, em Portugal e no Mundo, são largamente maioritárias em número, alimentam a esmagadora maioria das populações, mas detém uma área claramente inferior ao seu peso social e económico, enfrentam um sistema produtivo e alimentar dominado pelas corporações do agronegócio internacional, muitas vezes apadrinhadas por governos e pela União Europeia que não têm vontade política para afrontar o seu poderio.

O sistema predador do grande capital agro-alimentar e crescentemente o financeiro, os fundos de investimento e os mercados de futuro, são responsáveis pela degradação do planeta e das condições de vida e de trabalho das populações, particularmente a Agricultura Familiar, fazem aumentar a miséria, a fome e a subnutrição, provocam gigantescas ondas de migrantes, principalmente agricultores espoliados das suas terras, que muitas vezes acabam aprisionados por trabalho escravo nos países que dizem ser financiadores do desenvolvimento dos seus países de origem.

Esta é também uma vergonhosa realidade no nosso país.

Portugal, com as políticas dos sucessivos governos, nas diversas combinações partidárias que têm tido, acompanha esta situação de submissão aos grandes interesses.

Com a Revolução do 25 de Abril acendeu-se a esperança numa vida melhor, cedo esmagada pela pressa de entrar na CEE, mesmo com prejuízo do nosso tecido produtivo e da nossa soberania.

Em 1978, no Encontro da Lavoura, que fundou a CNA e aprovou a Carta da Lavoura, se dá um grito de revolta e reclamação:

*A Lavoura tem de ser ouvida. Do campo saem os alimentos para toda a população. Ou melhora a nossa situação e então a Lavoura sente-se animada, apoiada e com condições para produzir ou então estamos mal. E connosco está mal todo o País.*

*Certos da verdade das nossas palavras e da justiça que nos assiste, temos que todos juntos fazer ouvir a nossa voz e valer os nossos interesses e direitos.*

Desde então, alguma coisa melhorou, mas muitas outras têm piorado.

Quem precisa da terra para viver, luta por ela e pelo direito a produzir, por uma vida digna para a sua família, luta pela justa remuneração do seu trabalho.

A Via Campesina de que a CNA faz parte, que hoje nos acompanha, une os agricultores do mundo, na luta pelos direitos camponeses, por um modelo produtivo assente na agricultura de proximidade e

ecológica, que defende os recursos naturais, a biodiversidade, o uso de sementes tradicionais, luta por um modelo produtivo liberto dos interesses das corporações internacionais e promova a soberania alimentar dos povos.

Há 26 anos, quando a maioria dos governos só falava em segurança alimentar (bastava-lhes haver comida na grande distribuição, viesse de onde viesse, sem lhes interessar como era produzida), na Cúpula Mundial sobre a Alimentação, promovida pela FAO, a Via Campesina lançou o conceito de Soberania Alimentar.

Há 21 anos, a Via Campesina iniciou o debate sobre os Direitos Camponeses e, três anos depois, na IV Conferência Internacional, aprovou um Plano de Acção para a construção do instrumento legal que os consagrasse.

Foram 17 anos de luta, de debate, de mobilização das Organizações Camponesas, de alargamento da base social de apoio a esta ideia, até que em Dezembro de 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração da ONU sobre os Direitos Camponeses e outras Pessoas que trabalham em Zonas Rurais, a UNDROP.

Em Portugal, também foi a CNA que tomou a iniciativa da defesa dos nossos direitos logo na sua fundação e em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar (promovido pela ONU), no seu 7º Congresso, aprovou a Proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, instrumento adaptado à nossa realidade, que dava corpo à luta pela Soberania Alimentar e os Direitos Camponeses.

Com a nossa acção levamos o Governo a legislar e em Agosto de 2018 foi finalmente publicada o Decreto-Lei do Estatuto da Agricultura Familiar, conferindo-lhe direitos próprios.

Mas, aprovar Resoluções como a dos Direitos Camponeses e reconhecemos que Portugal foi o único país da União Europeia a votar a favor da Declaração da ONU, ou publicar decretos, é fácil.

Muito mais difícil é a mudança de políticas, a tomada de decisões e criação dos instrumentos legais e financeiros para implementar o que foi aprovado.

Outro exemplo é o da Década da ONU para a Agricultura Familiar, de que o Governo se vangloriava de ter sido um dos 13 países promotores. Passados mais de 3 anos, a CNA numa parceria com outras entidades, aprovou uma Proposta de Plano de Acção Nacional para a Década e criou o CeCAFA, mas do Governo, para além duma Conferência durante a Presidência Portuguesa da UE, não se conhecem outras iniciativas relevantes.

Corremos contra o tempo!

O esgotamento de recursos naturais, a redução da biodiversidade, as alterações climáticas, os fenómenos meteorológicos extremos, as várias guerras e sanções contra numerosos países, a fome e a miséria, as ondas de emigração que grassam no mundo, assim como no nosso País, estão também ligados ao modo de produção intensivo e deslocalizado, a um sistema alimentar dominado pelas corporações internacionais do grande capital, que acumula lucros, mas semeia destruição e morte.

Urge mudar de políticas para centrar as prioridades na produção local de alimentos, valorizar espécies e raças autóctones, restaurar a biodiversidade, promover a coesão territorial, desenvolver as economias regionais.

Isto só é possível com um Mundo Rural Vivo, com muitos Agricultores Familiares a produzir e promover outras actividades económicas, particularmente na transformação e comercialização das produções da Agricultura Familiar.

Num país em que, segundo o Recenseamento de 2019, em 93% das explorações predomina a mão de obra familiar, o Governo mantém uma postura de desconfiança dos cidadãos, como se o mal viesse de quem pouco tem e aplica filtros que só dificultam e impedem a atribuição do Estatuto da Agricultura Familiar. Com tão poucas explorações que não cabem no conceito de Agricultura Familiar, mais fácil seria identificar estas em vez de criar obstáculos à Agricultura Familiar.

Esta postura, associada à não implementação das medidas consagradas no Estatuto, salvo algumas do Ministério da Agricultura, leva a que a muito poucos tenha sido atribuído o título de detentor do Estatuto e destes, muitos foram excluídos ou não o renovaram, porque tal como estão as coisas, de pouco serve.

Só quem estiver enfeudado a outros interesses não quer reconhecer que a humanidade, a nossa população, o planeta e as nossas terras precisam da Agricultura Familiar para sobreviverem e se desenvolverem e permitir condições de vida dignas às populações.

Deste 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar afirmamos que sem o respeito por quem trabalha a terra e a adopção de políticas para promover a Declaração dos Direitos Camponeses, a degradação do planeta vai agravar-se, a fome e a miséria vão continuar a ser a realidade de milhões.

Por isso a luta dos pequenos e médios agricultores portugueses vai continuar pela concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, engrossando a luta camponesa de todo o mundo para o cumprimento da Declaração dos Direitos Camponeses.

Por isso reclamamos que o Governo reformule os critérios para atribuição do Estatuto e para que não seja apenas um título, crie, de forma participativa, um Programa Integrada de Promoção e Valorização da Agricultura Familiar, com a dotação necessária no Orçamento do Estado.

Tal como afirmámos na fundação da CNA, proclamamos hoje que a luta pelos Direitos Camponeses, a luta pelo direito à terra e a produzir, a ter o nosso trabalho justamente renumerado, vai continuar até que haja justiça nos campos.

Pelos nossos Direitos, sempre, sempre com os Agricultores,

Viva a Agricultura Familiar!

Viva a luta internacional pelo cumprimento da Declaração dos Direitos Camponeses!

Viva a Via Campesina!

Viva a Confederação Nacional da Agricultura!

**6 de Novembro, Viseu**

**Alfredo Campos, Executivo e Secretariado da CNA**